

## REFLEXÕES ACERCA DOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Fernando Campos Mesquita

fernandocmesquita@gmail.com

Instituto de Geociências – Unicamp

**Palavras-chave:** desconcentração industrial, eixos de desenvolvimento, formação econômica, divisão do trabalho, extensão da periferia paulista.

### EIXO 1

## CIRCUITOS PRODUTIVOS E USO DO TERRITÓRIO

O padrão espacial que predominou na industrialização brasileira de 1930 a 1970 foi definido tanto pela concentração no Estado de São Paulo em relação ao restante do país quanto internamente, nesse Estado, com o avanço da capital e de seu entorno próximo em comparação às demais áreas do interior. Ao focar na segunda escala, essa situação atinge o ponto máximo no ano de 1970, quando a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) chegou a representar 74,7% do Valor da Transformação Industrial (VTI) no Estado e 43,5% no país (CENSO INDUSTRIAL *apud* CANO, 2008).

A partir de então se inicia uma inversão do padrão de concentração espacial devido, de um lado, aos atrativos que a periferia passa a oferecer à localização das indústrias e, de outro, aos incentivos estatais visando reduzir as disparidades no crescimento econômico. Com efeito, entre 1970 a 1985, pode ser identificada a redução de 74,7 para 56,6% do VTI da RMSP no total do Estado de São Paulo (CENSO INDUSTRIAL, 1970 e 1985 *apud* CANO, 2008, p. 174).

Em meados de 1980 e início da década de 1990, a economia brasileira passa por uma fase de transição e de instabilidades geradas pela crise econômica e os impactos iniciais da política de abertura comercial. Nesse momento, o processo de desconcentração passa por um período de “esgotamento” (GUIMARÃES NETO, 1997), sendo retomado somente na segunda metade da década de 1990 (DINIZ FILHO, 2005; CANO, 2008).

A intensidade dessa nova fase da desconcentração pode ser observada pelo alto dinamismo industrial atingido pelo interior paulista — entendido pela exclusão da RMSP —, que, em 2004, supera a geração de valor industrial da RMSP, passando para 60,8% do total do Estado, e torna-se a principal região industrial do país, com 26,2% do VTI nacional (IBGE – PIA *apud* CANO, 2008, p. 174).

Mas, de forma geral, a “retomada” da desconcentração industrial ocorre em um contexto bastante distinto daquele pelo qual esse processo se iniciou. No caso, novos fenômenos devem ser explicados para compreender sua dinâmica espacial, como, por exemplo, a associação com a globalização e a reestruturação industrial apoiada pela abertura econômica. Entre esses novos fatores, chamamos a atenção para as dinâmicas territoriais envolvidas nas transformações no espaço dos fluxos com a formação dos eixos de desenvolvimento.

Inicialmente, esses eixos, como define Sposito (2009, p. 5), “podem ser entendidos como uma configuração socioespacial, fruto da interação entre infra-estruturas de transporte, atividade industrial e núcleos urbanos com características industriais”. Segundo Sposito (2007, p. 219), esse conceito é de suma importância por presenciarmos “um novo desenho estrutural que pode ser definido pelo paradigma dos eixos, nas áreas com maior densidade econômica, e pelo paradigma de áreas em locais de menor densidade urbana e econômica”.

Nesse contexto, consideramos que para associar o paradigma dos eixos ao processo de desconcentração industrial é necessário refletir acerca de três características.

Primeiro, os eixos de desenvolvimento, embora tenham seu funcionamento atrelado às dinâmicas do processo de globalização, devem ser entendidos em conjunto com as características herdadas de outros períodos que marcaram a evolução da economia brasileira. Tal concepção se baseia na ideia de Santos (1982, p. 17), de que a “formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual”, mas também das formações econômicas e sociais permanentes.

Nesse ponto, uma primeira “base” estrutural para a formação dos eixos de desenvolvimento ocorre logo no início da década de 1930, com o deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno (FURTADO, 2007) e o avanço da integração regional feita pelo transporte rodoviário. Esse processo, em consonância com o modelo de industrialização por “substituição de importações”, resulta num reordenamento da periferia nacional comandado pelo centro, no caso, a capital paulista.

Um segundo momento essencial para a estruturação espacial dos eixos de desenvolvimento ocorre com o início do próprio processo desconcentração nos anos de 1970, ou seja, quando, além da integração “física” do território,

as vias de transporte passavam também a exercer a função de “eixos de desconcentração”, viabilizando a dispersão industrial.

O segundo aspecto refere-se à divisão espacial do trabalho, na atividade industrial, promovida no trajeto dos eixos de desenvolvimento pelas interdependências que essas vias estabelecem. Essa noção se baseia no fato de que esses eixos são responsáveis por uma expansão da lógica de acumulação comandada pela RMSP. De modo que ao promoverem, entre seus núcleos urbanos e a RMSP, uma maior integração espacial, os eixos impulsionam, nos moldes definidos por Myrdal (1960, p. 48), “efeitos regressivos da expansão econômica” e “efeitos propulsores”.

A resultante setorial dessas inter-relações é uma divisão do trabalho responsável por manter a atividade industrial de maior valor agregado e maior intensidade tecnológica concentrada nas localidades próximas à capital paulista, como, por exemplo, Jundiaí, Campinas e Sorocaba, enquanto para as regiões mais distantes se deslocam, sobretudo, as atividades baseadas na produção intensiva em recursos naturais e mão de obra, as quais, usualmente, apresentam menor valor agregado e menor absorção de tecnologia.

Portanto, é essencial que a noção de eixos de desenvolvimento seja baseada nas ideias apresentadas por Santos (1996, p. 213), de que “não existe homogeneidade do espaço como não existe homogeneidade das redes”, pois, juntamente com sua formação, está em voga um sistema de divisão do trabalho que acentua as heterogeneidades.

Por fim, nossa terceira consideração refere-se à necessidade de se estender a análise das dinâmicas territoriais dos eixos de desenvolvimento para além da delimitação do estado de São Paulo. No caso, a escala utilizada deve abranger a extensão territorial da periferia interligada com a capital paulista em outras unidades da federação, como, por exemplo, o norte do Paraná, a porção leste do Mato Grosso do Sul e as regiões Sul e Triângulo de Minas Gerais, distinguindo-as, assim, do processo de desconcentração industrial que ocorre nos estados das regiões Norte e Nordeste, pois é certo que as áreas de fronteira ao estado de São Paulo devem ser tratadas nesse contexto de acordo com suas particularidades, ou seja, nem como simples extensões do interior paulista, nem como resultantes de um processo de abrangência nacional.

Embora as fronteiras políticas não devam ser ignoradas, os eixos de desenvolvimento são os elementos no território que surgem justamente para garantir expansão da

região periférica paulista, criando uma malha econômica com limites geográficos específicos de seu processo. A necessidade de se considerar essas regiões complementares no estudo dos eixos de desenvolvimento e da desconcentração industrial se mostrou nítida no estudo que realizamos a respeito do eixo São Paulo-Brasília (MESQUITA, 2011), em que a inserção do Triângulo Mineiro e da microrregião de Catalão se pauta em uma mesma lógica de acumulação refletida pelos mais pelos interesses da economia paulista, do que, propriamente, do governo dos estados de Minas Gerais e de Goiás.

De forma geral, esses três elementos não devem ser considerados isoladamente, mas como características da própria forma com que a interação entre núcleos urbanos, as vias de transporte e a atividade industrial evoluiu no território nacional, pois é a partir desses processos e dos interesses políticos e econômicos em estabelecer esse elo que se pode observar, de forma mais ampla, o papel que os eixos de desenvolvimento exercem na organização do espaço e, mais especificamente, no processo de desconcentração industrial.

#### Referências bibliográficas

CANO, W. 2008. **Desconcentração regional produtiva do Brasil 1970-2005**. São Paulo, Editora da Unesp, 2008.

DINIZ FILHO, L. L. 2005. Para Onde Irão as Indústrias? In: ALBUQUERQUE, E. S. (org.). **Que País é Esse?** São Paulo: Globo, 2005.

FURTADO, C. 2007. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Edição Nacional, 2007.

GUIMARÃES NETO, L. 1997. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: Caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, Ipea, n. 15, jun. 1997.

MESQUITA, F. C. 2011. **O processo de desconcentração industrial no eixo de desenvolvimento São Paulo-Brasília e a dinâmica do setor de alimentos e bebidas em Uberlândia (MG)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MYRDAL, G. 1960. **Teorias Econômicas e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro, Textos de Economia Contemporânea, 1960.

SANTOS, M. 1982. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, E. S. Cidades médias e eixos de desenvolvimento no Estado de São Paulo: metodologia de abordagem. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**. Espaços em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Dinâmica econômica e descontinuidades territoriais urbanas: desconcentração das atividades industriais no Brasil. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12, Montevidéo, 2009. **Descarga de trabajos completos**. Montevidéo: [s.n.], 2009. Disponível em: <www.egal2009.com>. Acesso em: 30 out. 2010.

## A CONSOLIDAÇÃO DA NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA SEGUNDO A APROPRIAÇÃO E REPRODUÇÃO PELO CAPITAL: REGIÃO DO BAMAPITO (BAHIA, MARANHÃO, PIAUÍ E TOCANTINS)

Bianca Gomes de Queiroz

biancagqueiroz@gmail.com

Instituto de Geociências - Unicamp

Mariana Traldi

maritraldi@gmail.com

Instituto de Geociências - Unicamp

**Palavras-chave:** região, fronteira agrícola, BAMAPITO, soja.

A partir de uma abordagem geográfica, mas com uso acessório de conceitos emprestados da economia, pretende-se analisar e entender primeiramente como o BAMAPITO se constituiu enquanto uma região, quem são os principais agentes envolvidos nas relações estabelecidas na nova fronteira agrícola brasileira e, por fim, como o capital se apropria desta região e busca se reproduzir. Para tanto, é importante compreender a espacialização da produção da soja na região do BAMAPITO – que se encontra em formação e que se caracteriza como área de expansão da agricultura moderna atualmente –, abrangendo as relações técnicas e econômicas